

INCLUSÃO ESCOLAR E A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

Resumo

Neste estudo volto meu foco para a problematização das políticas de inclusão escolar previstas às pessoas com deficiência. Inclinada a olhar com mais atenção para os investimentos, operados pelo governo brasileiro em prol da inclusão escolar, analiso, neste trabalho, documentos produzidos nas duas últimas décadas, dentre eles: *Declaração de Salamanca* (1994); Lei nº. 9.394/96; *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica* (2001); *Política Nacional de Educação Especial da perspectiva da Educação Inclusiva* (2008); *Viver sem Limite: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência* (2011). Para a discussão, parto da seguinte questão: *Como diferentes dispositivos estabelecidos nos discursos das políticas educacionais que tratam da inclusão escolar, vem operando para garantir a equiparação de oportunidades às pessoas que apresentam alguma deficiência?* No investimento realizado para a inclusão de pessoas com deficiência objetiva-se que todos possam ter assegurada a equiparação de oportunidades, para isso, diversos setores são convocados – educação, saúde, assistência social, entre outros. Pela consolidação de parcerias entre estes e outros setores, pretende-se a efetivação das políticas de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde.

Palavras-chave: Inclusão; Governamentalidade neoliberal; Equiparação de oportunidades.

Graciele Marjana Kraemer
UFRGS
graci_marjana@yahoo.com.br

Para iniciar

[...] cada vez mais nos empenhamos na equiparação de oportunidades para que a deficiência não seja utilizada como motivo de impedimento à realização dos sonhos, dos desejos, dos projetos, valorizando e estimulando o protagonismo e as escolhas das brasileiras e dos brasileiros com e sem deficiência (BRASIL, 2011, p.02).

*[...] a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão (BRASIL, 2008, p.01).
A inclusão é percebida como um processo de ampliação da circulação social que produza uma aproximação dos seus diversos protagonistas, convocando-os à construção cotidiana de uma sociedade que ofereça oportunidades variadas a todos os seus cidadãos e possibilidades criativas a todas as suas diferenças” (BRASIL, 2005, p.34)*

Este artigo pretende se ocupar com as políticas de inclusão escolar voltadas às pessoas com deficiência. Estas políticas, em nossos dias, passam a assumir um espaço central nos debates e legitimam verdades acerca do processo educacional. Com isso, produzem distintos modos de se garantir e efetivar a participação de pessoas com deficiência na escola comum e, subsequentemente, na sociedade.

Inclinada a olhar com mais atenção para os investimentos, operados pelo governo brasileiro em prol da inclusão escolar, analiso, neste artigo, documentos produzidos nas duas últimas décadas, dentre eles: *Declaração de Salamanca* (1994); *Lei nº. 9.394/96; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica* (2001); *Política Nacional de Educação Especial da perspectiva da Educação Inclusiva* (2008); *Viver sem Limite: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência* (2011) e o documento do *Balanço do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência* (2012/1).

A partir dos estudos realizados por Michel Foucault, empreendo neste espaço a prática de uma problematização acerca das políticas de inclusão escolar operadas no cenário educacional brasileiro. Cabe, portanto, deixar claro que, por problematização entendo “o conjunto das práticas discursivas e não discursivas que faz qualquer coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e a constitui como objeto para o pensamento” (FOUCAULT, 2004, p.270). Dito de outro modo, por meio da problematização busco olhar para estes documentos compreendendo que eles, a partir de seus discursos constituem

formas específicas de participação dos sujeitos com deficiência tanto no sistema educacional, quanto nas diferentes esferas sociais. Uma participação que, em nossos dias, deve ser prevista e, principalmente, garantida como “plena”, e desta forma, possa constituir oportunidades para o desenvolvimento das potencialidades de cada um.

A análise que busco desenvolver neste texto é orientada pela seguinte questão: *Como diferentes dispositivos estabelecidos nos discursos das políticas educacionais que tratam da inclusão escolar, vem operando para garantir a equiparação de oportunidades às pessoas que apresentam alguma deficiência?* Antes de entrar, propriamente, na problematização dos documentos que tratam da política de inclusão escolar, faço um esclarecimento de natureza metodológica: ao analisar os referidos materiais, não me inclino à realização de juízos valorativos destes documentos, apontando quais são bons ou ruins, corretos ou incorretos, adequados ou inadequados. Não é disso que pretendo tratar. O que penso efetivar é a possibilidade de analisar a inclusão escolar a partir de suas diferentes produtividades. Quero apenas discutir os efeitos que ela – a política de inclusão – vem produzindo na promoção de oportunidades de ingresso e permanência das pessoas deficientes na escola comum para que ali possam, naquilo que for possível, desenvolver amplamente suas capacidades.

Faço esta opção por entender que, a partir da perspectiva desenvolvida por Michel Foucault, encontro a possibilidade de desconfiança, afastando-me das tentativas de essencialização e engessamento teórico. Por outro lado, ratifico a utilidade e a produtividade de alguns conceitos trabalhados pelo autor para o estudo que objetivo desenvolver, abrindo assim, a viabilidade de pensar novos arranjos investigativos no que se refere à inclusão de pessoas deficientes na escola comum. O que penso realizar são alinhavos entre os documentos oficiais citados acima e algumas ferramentas conceituais desenvolvidas por Foucault. Entretanto, nesse delineamento pretendo manter uma “fidelidade infiel” ao autor pois, “[...] ‘fazer um estudo foucaultiano’ pode significar tomar no todo ou simplesmente em pedaços as ferramentas conceituais do filósofo que possam ser úteis para o nosso trabalho [...]. Em outras palavras, usá-lo aqui e em muitos lugares, mas não necessariamente sempre” (VEIGA-NETO, 2006, p.83).

Para uma melhor organização didática, optei por dividir este texto em duas partes. Na primeira, *Da lógica da governamentalidade neoliberal e a inclusão*, faço uma aproximação breve entre os estudos de Michel Foucault acerca da governamentalidade neoliberal e o processo de inclusão escolar que vivenciamos no cenário brasileiro nas últimas décadas. Já na segunda parte – *A Inclusão como um processo de equiparação de oportunidades* – encaminho minha discussão para um breve fechamento, traçando em linhas gerais, as articulações mais pontuais entre a governamentalidade neoliberal e a constituição de sujeitos aptos às demandas de nossos dias pelo viés da equiparação de oportunidades. É nesta linha que estruturo a presente discussão.

Da lógica governamentalidade neoliberal e a inclusão

Compreendo a inclusão escolar das pessoas com deficiência, como uma prática que em nossos dias encontra-se intimamente relacionada à lógica econômica neoliberal. Por meio da economia neoliberal a sociedade de seguridade se organiza em torno de um poder gradiente, que não se situa mais entre o duelo binário do permitido e proibido. Esse poder está organizado dentro de uma prerrogativa que incita, convida, seduz a participação efetiva e permanente de todos e de cada um. O que é possível de ser observado é que, nas duas últimas décadas, o movimento da inclusão tem se potencializado “um movimento que tem se (re) configurado no Brasil, mais especificamente nas últimas décadas, e tem se tornado um grande imperativo educacional” (RECH, 2013, p.25). Dito de outro modo, o que se observa, especificamente no cenário educacional, é que “a temática da inclusão está em plena sintonia com as emergências do presente, ou seja, com a ordem discursiva do presente” (LOPES; FABRIS, 2013, p.19). Esta ordem discursiva encontra-se alocada numa perspectiva que visa o amplo desenvolvimento das potencialidades em cada indivíduo. Para isso, são necessárias condições que efetivem a participação e a permanência de todos nos mais variados espaços sociais.

Na busca pela garantia de segurança social, todos estão convocados a entrar no jogo do mercado. Nesse jogo não há a possibilidade de ficar de fora pela atuação de uma força motriz que busca a minimização de todo e qualquer risco social e potencializa a

capacidade individual apta à concorrência. No viés da economia neoliberal, pelas políticas educacionais inclusivas, todos então, passam a ser convocados, seduzidos, provocados a participar do jogo da inclusão escolar. Naquilo que está proposto no *Plano Nacional da Pessoa com Deficiência: Viver sem Limite*, Governo Federal, estados, Distrito Federal e municípios investem na “articulação de políticas governamentais de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade” (BRASIL, 2011, p.02).

Fica claro, já na apresentação da do referido *Plano* que o foco está em garantir a “convivência”, “inclusão”, “autonomia” e “oportunidade” para todos. No campo da educação básica, as ações a serem desenvolvidas visam contemplar a “implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, promoção de acessibilidade nas escolas, formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado, aquisição de ônibus escolares acessíveis e ampliação do programa BPC na escola” (BRASIL, 2011, p.11). No que tange a Educação profissional, as ações deste *Plano* voltam-se para a prioridade de pessoas com deficiência na matrícula nos cursos do Pronatec¹, na instalação de núcleos de acessibilidade e de cursos de Letras/Libras² e de Pedagogia Bilíngue nos IFES³.

Sendo a escola um espaço onde as questões políticas, econômicas e sociais se combinam para a constituição de um determinado sujeito, entendo que, “ao mesmo tempo em que totaliza, a escola individualiza” (VEIGA-NETO, TRAVERSINI, 2009, p.16). Dito de outra forma, “se por um lado a escola produz individualidades singulares, criando subjetividades que se pensam únicas e indivisíveis, ela também cria posições de sujeito subordinadas a um todo social, fora das quais (posições) cada sujeito nem mesmo faz sentido” (VEIGA-NETO, TRAVERSINI, 2009, p.16-17).

As políticas educacionais das duas últimas décadas, direcionadas para a inclusão de pessoas deficientes, incitam os espaços escolares⁴ e as práticas neles em operação, a olharem com mais detalhamento para todos os sujeitos educacionais participes da cena educacional. A inclusão escolar, pautada na proposta de “Educação para Todos” busca comprometer a sociedade como um todo “[...] a pensar as questões do acesso e da

¹ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

² Língua Brasileira de Sinais.

³ Instituições Federais de Ensino Superior.

⁴ Neste caso refiro-me à Educação Básica: Ensino Fundamental e Médio e ao Ensino Superior.

qualidade na educação, chamando atenção dos sistemas de ensino para a necessidade de uma nova organização dos espaços educacionais a partir de uma visão abrangente do currículo”, objetivando com isso, a “eliminação das barreiras que dificultam ou impedem a participação e a aprendizagem de todos na escola” (COMITÊ EDITORIAL, 2006, p.3).

De acordo com esse princípio, a escola, em seu papel de constituidora de um determinado sujeito pode ser compreendida como “uma eficiente dobradiça capaz de articular os poderes que aí circulam com os saberes que a enformam e aí se ensinam, sejam eles pedagógicos ou não”. (VEIGA-NETO, 2003, p.17-18). Inventada na Modernidade – para fabricar o sujeito moderno que, por meio da disciplina, aprende como se autogestar – a escola, é, em nossos dias, um espaço privilegiado para a promoção não apenas da inclusão, mas para a constituição de modos de ser e de agir frente aos demais.

O que temos visto, é que “na escola dita inclusiva, cada sujeito (aluno, professor, família) que nela atua é responsabilizado pelo bom desempenho do aluno com deficiência, e todos precisam se ocupar do seu desenvolvimento, além dele mesmo” (MENEZES, 2011, p.54-55). Dito de outra forma, a inclusão escolar, para alcançar os objetivos previstos – a “Educação para Todos” – convoca Estado, família e sociedade, já que ela (a inclusão) depende “[...] acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição dos indivíduos que compõem a sociedade” (BRASIL, 1994, p.05). Nesse viés, as escolas inclusivas:

“[...] provêm um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e profissionais da escola, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários” (BRASIL, 1994, p.05).

Pela política de inclusão escolar dos sujeitos antes considerados deficientes e/ou incapazes, trabalha-se, em nossos dias, a partir do imperativo de que, para a vida contemporânea, é preponderante que cada sujeito desenvolva capacidades empreendedoras constituindo em si, habilidades e competências de forma autônoma. Nessa linha o objetivo está em “promover acesso à educação de mais crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o

Plano Viver sem Limite estabeleceu como meta ampliar as ações de monitoramento e acompanhamento que compõem o Programa BPC na Escola” (BRASIL, 2011, p.05).

Pela intencionalidade de atingir esse perfil, a finalidade é que os sujeitos desenvolvam destrezas para que possam se autoconduzirem frente aos princípios de nossa época: o permanente e necessário investimento em si e nos outros. Assim, o compromisso da política de inclusão escolar está em efetivar “o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2008, p. 08).

A mobilização da sociedade em prol do autoinvestimento ocorre pautada na ideia de que a “Educação para Todos” modifica a forma de participação dos sujeitos, uma vez que, em nossos dias, “o indivíduo necessita aprender a diluir-se, fazer parte do jogo social, ser cambiável, manter-se desejante e consumidor” (RECH, 2010, p.81). Esta racionalidade⁵ imprime uma forma particular de olhar para a política de inclusão escolar, “entendendo-a não mais como a efetivação de matrículas de alunos com deficiência nas escolas regulares, mas também, e principalmente, como uma verdade produzida para a vida com o outro em condição de seguridade” (MENEZES, 2011, p.68).

Assim, todos são convocados a participar do sistema escolar e, para isso, “o Plano Viver sem Limite envolve todos os entes federados e prevê um investimento total no valor de R\$ 7,6 bilhões até 2014” (BRASIL, 2011, p.02). Por meio deste investimento, todos devem ter garantido o acesso e efetivada a educação escolarizada, bem como a igualdade de condições para aprender, onde em 2012, pelo PRONATEC⁶, 20 mil vagas foram disponibilizadas para pessoas com deficiência (BRASIL, 2012). Nesse contexto, a lógica econômica neoliberal consegue ditar e colocar em ação as regras da atual tendência: a efetiva participação de todos nos jogos de consumo. Por meio dessa racionalidade a escola, convocada a ser um espaço de inclusão das mais complexas especificidades

⁵ Michel Foucault entende por racionalidade, “[...] os conjuntos de prescrições calculadas e razoáveis que organizam instituições, distribuem espaços e regulamentam comportamentos; nesse sentido as racionalidades induzem uma série de efeitos sobre o real” (FOUCAULT, 2011, p.22).

⁶ PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

humanas, atua como pilar central na constituição de “subjetividades inclusivas” (MENEZES, 2011).

Para além de inserir todos os alunos na escola regular, a inclusão atua “como um princípio que dá mobilidade aos sujeitos e que, mobilizando-os, acaba por mobilizar grupos, economia e o próprio Estado” (MENEZES, 2011, p.32). Então, o princípio da inclusão escolar, não apenas orienta e/ou conduz as condutas dos sujeitos, mas opera na organização do próprio Estado, ou seja, a “inclusão na contemporaneidade passou a ser uma das formas que os Estados, em um mundo globalizado, encontraram para manter o controle da informação e da economia” (LOPES, 2009, p.129). Nessa prerrogativa, “678 ônibus acessíveis [foram] entregues entre novembro de 2012 e março de 2013 a 519 municípios beneficiados. O número ultrapassou a meta de 2012, que era de 609 veículos, e foram empenhados R\$ 89,5 milhões” (BRASIL, 2012).

Essa organização do Estado se efetiva em parceria com o mercado pois, garantido o provimento, por parte do Estado, de condições de saúde, de educação, de consumo condicionam-se também condições de sustentabilidade do próprio mercado, pois, “conforme a meta prevista, o Governo Federal lançou a linha de crédito do Banco do Brasil - BB Acessibilidade em fevereiro deste ano Foram contratados R\$ 4,1 milhões até julho de 2012” (BRASIL, 2012). Na aliança com a escola, pela proposta de “Educação para Todos”, a inclusão age como um princípio que condiciona o sujeito a desejar aquilo que o mercado quer que ele deseje: subjetividades produzidas para querer participar do jogo e nele querer permanecer pelo maior tempo possível.

Estando nesse jogo – os sujeitos, deficientes ou não – passam a ser governados a partir de um viés empreendedor. Maurizio Lazzarato nos chama a atenção para o fato de que, “através do mercado e da sociedade, se desenvolve a arte de governar, com uma capacidade cada vez mais sutil de intervenção, de inteligibilidade, de organização do conjunto de relações jurídicas, econômicas e sociais, do ponto de vista da lógica da empresa” (2008, p.45). Nesse contexto, a centralidade encontra-se na criação de novos mundos, de novos fluxos das mercadorias e de novas concepções espaço-temporais. É para esse contexto que as políticas educacionais voltam sua atenção ao efetivarem práticas de uma “Educação para Todos”.

A produção de políticas educacionais que preveem o acesso de alunos com deficiência às escolas regulares opera pelo convencimento da sociedade de que é necessário transformar a escola em um espaço aberto à diversidade. No espaço escolar deve prevalecer o “direito de todos os alunos pertencerem a uma mesma escola, de estarem juntos aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2008, p.03). Esse convencimento é posto em funcionamento por diferentes mecanismos, entre eles estão campanhas governamentais baseadas em estatísticas, pesquisas acadêmicas, ações da mídia, entre outros.

Pode-se dizer que são formulações discursivas – produzidas a partir de regras que podem ser alteradas, dependendo de quem fala, em que contexto e com que intenções – que acabam orientando práticas operadoras de determinados efeitos desejados, de específicos modos de vida. Discursos que, para além do fato de significarem/produzirem muitas coisas, têm seus sentidos negociados, são objetos de disputa, estão atrelados a fronteiras históricas e epistemológicas, sustentados por campos de saber e relações de poder. Para Foucault, “o poder é algo que funciona através do discurso, porque o discurso é, ele mesmo, um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder (2006, p.465).

Em sua análise sobre a constituição do Estado moderno, Foucault passou a questionar, se, naquilo que concerne ao Estado, há um ponto de vista englobador, uma vez que, quando analisou as disciplinas, observou que o ponto de vista englobador encontra-se nas instituições locais e definidas. Em resposta ao seu questionamento, o autor desenvolveu o conceito de Governamentalidade. Na aula de 1º de Fevereiro de 1978 do curso *Segurança, Território, População*, Foucault tratou do problema de governo, ou seja, “[...] como ser governado, por quem, até que ponto, com que fim, por que métodos.” (FOUCAULT, 2008a, p.119). A partir dessa racionalidade, Foucault pretendeu mostrar que, pouco a pouco, o Estado foi sendo governamentalizado, entendendo que, “o que há de importante para a nossa modernidade, isto é, para a nossa atualidade, não é, portanto, a estatização da sociedade, mas o que eu chamaria de ‘governamentalização’ do Estado.” (FOUCAULT, 2008a, p.144-145). Assim, Foucault nos apresenta a *Governamentalidade*, entendida por ele a partir de três elementos constitutivos:

O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito tempo, para a preeminência deste tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade” creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado.” (FOUCAULT, 2008a, p.143-144).

Pela Governamentalidade, uma forma de poder com ênfase⁷ na ciência política, não é possível afirmar o apagamento de outras formas de poder – a soberania e a disciplina – mas o predomínio de um regime voltado para as técnicas de governo⁸. Esse regime se consolida, a partir do século XVIII, em torno da população⁹, da emergência de uma economia política e de instrumentos técnicos como dispositivos de segurança. A arte de governar é uma arte que se volta ao governo dos homens onde, “[...] há algo que aparece claramente: nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades.” (FOUCAULT, 2008a, p.164). Dito de outro modo, “do século XVIII em diante, as tarefas das autoridades e dos governantes passam a ser vistas em termos de governo: não apenas o controle de um território e dos seus sujeitos, mas a calculada administração da vida da população, de um e de todos” (ROSE, 2011, p.167).

⁷ A noção de ênfase é aqui tomada como “[...] o elemento que se destaca dentro de um conjunto” (SARAIVA, VEIGA-NETO, 2009, p.196).

⁸ Neste texto utilizo a palavra governo para diferenciá-la de governo, seguindo as discussões de Alfredo Veiga-Neto (2002). Governo aqui é entendido como ações que visam conduzir as condutas dos outros e as nossas próprias.

⁹ Entendo, a partir de Foucault (2008a), que a população não é uma realidade dada, ela é o produto de interação de diversas práticas discursivas ou não-discursivas atuantes no cenário social no contorno da circulação de objetos e pessoas dentro da cidade. Ainda, segundo Noguera-Ramírez, a população é “um elemento que vai ser relevante na medida em que, na cidade, relegada no feudalismo, volta a aparecer um problema que é primordial desde o século XVII: trata-se da circulação de pessoas, alimentos e doenças” (2009, p.35).

No início do século XVIII, com acentuada expansão demográfica e recursos monetários mais abundantes, o desbloqueio das artes de governar encontra espaço profícuo. Além das condições históricas, a população e a estatística são fatores elementares para o desbloqueio das artes de governar. Esse desbloqueio se dá a partir de diferentes procedimentos visto que;

[...] no transcurso do século XVII que uma série de transformações nas artes de governar começa a acontecer – entre elas, a emergência da razão de Estado, com a ideia de racionalizar a arte de governo e o surgimento das práticas disciplinares, com a ideia de esquadramento, vigilância e ordenação. Esses acontecimentos – aliados à emergência do conceito de população e ao surgimento da estatística – possibilitaram o desbloqueio das artes de governar, no século XVIII (LOCKMANN, 2010, p.53).

Neste cenário, pode-se observar que o pilar central das artes de governar pretende introduzir a economia na gestão do Estado. Para que essa proposta se efetive, a família deixa de ser um modelo para a economia, passando a ser um elemento interno à população e um instrumento de governo. Com esse deslocamento, a população se torna o objetivo final de governo, entendida “[...] como o fim e o instrumento do governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo” (FOUCAULT, 2008a, p.140). Com isso, vemos o surgimento da economia política: um saber necessário para calcular os processos coletivos criados pela população. Todos esses deslocamentos na maneira de governar a população contribuíram para que se constituísse, a partir do século XVIII, a arte de governar pautada em variados dispositivos que objetivam garantir segurança da população.

As sociedades ocidentais passam a viver, a partir de meados do século XVIII, inseridas em uma nova arte de governar: o liberalismo. O liberalismo é uma arte de governar que propõe outros pontos de inflexão. Dentre esses novos pontos de inflexão, está a ideia de governar menos possível, ou seja, a ideia do Estado mínimo: “governar menos para governar mais”. A questão está centrada na ideia de que “um governo nunca sabe o bastante que corre o risco de sempre governar demais, ou também: um governo nunca sabe direito como governar apenas o bastante” (FOUCAULT, 2008b, p.24).

No liberalismo, a arte de governar se volta para a naturalidade do mercado, priorizando o livre comércio. O liberalismo é um produtor, um consumidor de liberdade, “[...] é algo que se fabrica a cada instante. O liberalismo não é o que aceita a liberdade, é o que se propõe a fabricá-la a cada momento, suscitá-la e produzi-la [...]” (FOUCAULT, 2008b, p.85). Para o liberalismo, o princípio e método de racionalização do exercício de governo obedecem à regra interna da economia máxima. Entende-se, portanto, que sempre se governa em demasia, por isso, é necessário e produtivo limitar o poder de governar a partir do interior do próprio Estado.

Foucault destaca que o liberalismo não pode ser compreendido como uma ideologia, mas sim como uma prática. No século XX esse modelo de governo liberal encontra-se diante de uma significativa crise, principalmente pelo custo econômico de manutenção do exercício de liberdade. São várias as situações que contribuem para a crise do liberalismo, que na ideia de assegurar a liberdade, acabaram por colocá-la em risco.

Com a crise vivenciada pela arte de governo liberal, surgem novas formas de governar. Ocorre, no século XX, a emergência, de formas neoliberais de governo. Ao analisá-las, Foucault volta a sua atenção para duas vertentes principais do neoliberalismo: a versão alemã e a norte-americana. No neoliberalismo alemão, em linhas gerais, trata-se de questionar como a liberdade econômica, um espaço não-estatal, pode fundar e legitimar um Estado jurídico que não existe mais após a Segunda Guerra Mundial.

O que se observa, é uma inversão da arte liberal de governar, onde não mais o Estado define e mantém sob vigilância a liberdade de mercado, mas é ela – a liberdade de mercado – que passa a legitimar um Estado. O neoliberalismo se fundamenta em princípios formais de uma economia de mercado, diferentemente do liberalismo, pautado em princípios naturais. A economia não mais seguirá um dado natural. Ela se orienta a partir de princípios de formalização com lógica e estrutura própria: um jogo formal entre desigualdades.

A regulação econômica somente se dará por diferenciações e oscilações do mercado, uma vez que é por meio das desigualdades que se constitui a concorrência. O

foco não está mais em manter um governo econômico e sim um governo da sociedade. Um governo que intervém sobre as tramas sociais, sobre os processos reais da sociedade, onde a liberdade de mercado serve para entender as relações sociais em geral, e os comportamentos individuais.

No que segue, discuto de forma mais objetiva, como venho observando e compreendendo o processo de inclusão escolar das pessoas com deficiência no cenário educacional brasileiro a partir da lógica da governamentalidade neoliberal.

A Inclusão como um processo de equiparação de oportunidades

Nesse viés, observo que a inclusão escolar, em nossos dias, encontra-se agenciada com essa racionalidade neoliberal. Por meio da política de inclusão pretende-se possibilitar que todos os sujeitos desenvolvam em si capacidades que possibilitem a autogestão de suas próprias vidas, a partir do autoinvestimento para concretizar sua permanência nas tramas da escola e do mercado. Em nossos dias, por meio da inclusão escolar, todos somos convocados a investir em nossas competências¹⁰, “competências validadas como qualificações, são a moeda (europeia) pelo qual o aluno vitalício – que cuida, organizadamente, da coleta de competências em seu portfólio – expressa a sua empregabilidade social” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p.112). Assim, a escola encontra-se articulada com um leque de demandas sociais mais amplas, ou seja, “a escola, e com ela a geração mais jovem, se matricula no projeto social de maximizar a empregabilidade na medida em que se permite ser seduzida para reformular seus objetivos e currículo em termos de competências/qualificações” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p.112).

No investimento realizado para a inclusão de pessoas com deficiência objetiva-se que todos possam ter assegurada a equiparação de oportunidades, para isso, diversos setores são convocados – educação, saúde, assistência social, entre outros. Pela consolidação de parcerias entre estes e outros setores, pretende-se a efetivação das

¹⁰ “No sentido mais geral, uma competência se refere à habilidade de realizar e, portanto, a um conjunto específico de conhecimentos, habilidades e atitudes necessário para o desempenho de determinadas tarefas” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p.112).

políticas de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade na escola, universidade, centros culturais, desportivos e principalmente, no mercado de trabalho. Frente a isso, a inclusão passa a ser lida como “uma importante estratégia, tanto para o convívio social quanto para a aprendizagem de todos” (SANTOS; KLAUS, 2013, p.62).

Dito de outra forma, por meio do que está exposto no *Plano* e também em outro documentos analisados, para garantir a participação de todos no espaço da escola comum, não basta apenas investir na educação, mas em parcerias que englobem as necessidades básicas das pessoas deficientes e as tornem aptas às regras que engendram o jogo da inclusão. É pela articulação entre diferentes saberes de distintos campos do conhecimento que se busca constituir nas pessoas com deficiência condições de participação no jogo proposto pela lógica econômica da governamentalidade neoliberal. Assim, na matriz desse jogo, não basta mais apenas garantir o acesso, mas condições de *fluxo*¹¹ entre a escola e o mercado de trabalho. Nesse viés, a inclusão opera fortemente na constituição de sujeitos que se tornem empresários de si mesmos, onde:

[...] a inclusão social de todos na atualidade é uma estratégia fundamental para o funcionamento da governamentalidade neoliberal. A mobilidade de uma população e a capacidade que ela tem de fazer opções de mobilidade, que são consideradas opções de investimento para obter uma melhoria na renda e também na sua vida, permitem analisar os comportamentos contemporâneos em termos de empreendimento individual, de empreendimento de si mesmo com investimento e renda. (SANTOS; KLAUS, 2013, p.63).

Pela equiparação de oportunidades e pela articulação entre os diferentes campos de saber vem se constituindo práticas que fabricam modos específicos de se fazer todos participarem nas diferentes esferas sociais. Mesmo garantidas condições equânimes para todos, não é possível efetivar a mesma participação a todos. Nas regras da inclusão, os gradientes de participação devem ser gerenciados por cada indivíduo. Cabe assim, a cada um organizar e orquestrar sua efetiva participação e seu processo de inclusão. Na esteira da governamentalidade neoliberal cada um se torna responsável pelo próprio progresso e pela sua realização pessoal.

¹¹ Para maiores detalhes, ver RECH (2013).

Uma vez estabelecido este jogo econômico neoliberal o que permanece em mim é a vontade de continuar exercitando a problematização conforme Michel Foucault nos provoca. Assim, a questão que ainda continua presente é: como, a partir dos escritos de Foucault podemos pensar outras formas de condução frente às políticas de inclusão escolar dos alunos com deficiência?

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. *Viver sem Limite: Plano nacional da pessoa com deficiência*. 2011 [on-line]. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/viversem limite/plano-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia>. Acessado em 10 de Janeiro de 2013.
- BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SECADI, 2008.
- BRASIL. *Experiências Educacionais Inclusivas: programa educação inclusiva: direito à diversidade*. Brasília: MEC/SECADI, 2006.
- BRASIL. *Documento subsidiário à política de inclusão*. Brasília: MEC/SECADI, 2005.
- BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994, p. 01-18.
- COMITÊ EDITORIAL. *Inclusão/ Revista Educação Especial*. Brasília/Secretaria de Educação Especial. Ano 2, n.2, agos. 2006. Brasília: MEC/SECADI, 2006.
- CONDÉ, Mauro Leitão. *Wittgenstein: linguagem e mundo*. São Paulo: Annablume, 1998.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Do Governo dos Vivos: curso no Collège de France, 1979-1980: excertos/ Michel Foucault*. AVELINO, Nildo (Org.). São Paulo: CCS Achiamé, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População: curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos Vol. III – Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. O cuidado com a verdade. In.: *Ditos e escritos V. Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Humbert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org. e Trad. Roberto Machado. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LAZZARATO, Maurizio. Biopolítica/Bioeconomia. In: PASSOS, Izabel C. Friche. (Org.) *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 41-52.

LOCKMANN, Kamila. *Inclusão Escolar: saberes que operam para governar a população*. Porto Alegre, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

_____. *As Políticas de Assistência Social na Educação Escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal*. Porto Alegre, 2011. Proposta de Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LOPES, Maura Corcini. Inclusão como prática de governamentalidade. In.: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica (Orgs.). *Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p.107-130.

LOPES, Maura Corcini. Inclusão Escolar: currículo, diferença e identidade. In.: LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia (Orgs.). *In/exclusão: nas tramas da escola*. Canoas: ULBRA, 2007, p.11-33.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. *Inclusão & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. *Em defesa da escola: uma questão pública*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. *A Maquinaria Escolar na Produção de Subjetividades para uma Sociedade Inclusiva*. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. *O Governo Pedagógico: da sociedade do ensino para a sociedade da aprendizagem*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Ó, Jorge Ramos do. A criança problema e o seu governo em Portugal e no Brasil (1880-1960): discursos e práticas. In.: Ó, Jorge Ramos do; CARVALHO, Luís Miguel. *Emergência e circulação do conhecimento psicopedagógico moderno (1880-1960)* – Estudos Comparados Portugal – Brasil. Lisboa: UI&DCE, 2009, p.09-153.

RECH, Tatiana. *A Emergência da Inclusão Escolar no Governo FHC: movimentos que a tornaram uma “verdade” que permanece*. São Leopoldo: UNISINOS, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

RECH, Tatiana. A inclusão educacional como estratégia biopolítica. In.: FABRIS, Elí Teresinha Henn; KLEIN, Rejane Ramos. (Orgs.). *Inclusão e Biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 25-44.

ROSE, Nikolas. El gobierno de las democracias liberales “avanzadas”: del liberalismo al neoliberalismo. *Archipiélago: Cuadernos de crítica e de la Cultura*. Barcelona: Archipiélago, 25-41, Verano, 1996.

ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis: Vozes, 2011.

SANTOS, Iolanda Montano dos; KLAUS, Viviane. A inclusão e o sujeito empresário de si. In.: FABRIS, Elí Henn; KLEIN, Rejane Ramos. (Orgs.) *Inclusão e Biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 61-78.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. In.: *Revista Educação & Realidade*. Governamentalidade e educação. Porto Alegre: UFRGS/FACED, v.34, nº2, mai./ago. 2009, p.187-201.

VEIGA-NETO, Alfredo; TRAVERSINI, Clarice. Por que Governamentalidade e Educação? In.: *Revista Educação & Realidade*. Governamentalidade e educação. Porto Alegre: UFRGS/FACED, v.34, nº2, mai./ago. 2009, p.13-19.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e Governamentalidade. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v.28, n.100, out. 2007, p. 947-963. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 20/06/2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. Na Oficina de Foucault. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter (Orgs.). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.79-91.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo... In.: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*, Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.13-34.